

**HABEAS CORPUS Nº 536.412 - SP (2019/0292508-6)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GUILHERME PAULO MARQUES - SP321424  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RODRIGO CESAR DIAS DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. NOVO DELITO COMETIDO DURANTE A SUA VIGÊNCIA. Ocorrência de suspensão no período de prova. REVOGAÇÃO POSTERIOR. POSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RODRIGO CÉSAR DIAS DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no Agravo em Execução Criminal n.º 0001341-67.2019.8.26.0496.

Consta nos autos que o Paciente foi agraciado com o livramento condicional, em 22/08/2016, com término previsto para 25/09/2018, tendo sido preso em flagrante pela prática de novo delito no curso do benefício.

Diante disso, o Magistrado singular revogou a benesse.

Inconformada, a Defesa interpôs recurso de agravo em execução, que foi desprovido, nos termos da seguinte ementa:

*"Agravo em Execução – Sentenciado que praticou novo delito enquanto gozava de Livramento condicional – Benefício revogado após o esgotamento do período probatório – Decisão judicial que deve ser mantida – Cabe ao Juízo das Execuções aferir, após o decurso do período probatório do Livramento Condicional, eventual existência de causa ensejadora de sua revogação – Aplicação das regras contidas nos artigos 86 a 90 do Código Penal – Correta a decisão judicial de Primeiro Grau – Agravo desprovido."*

No presente *habeas corpus*, alega a Defensoria Pública que a pena do

Sentenciado se encontra extinta em razão de seu regular cumprimento.

Afirma que, embora a decisão que revogou o benefício tenha sido proferida em 14/01/2019, não houve sustação cautelar/prorrogação do livramento até a data prevista para o vencimento da pena (25/09/2018), razão pela qual é de rigor o reconhecimento da extinção da punibilidade.

Argumenta que a prática de infração penal não suspende o período de prova, mas apenas a decisão do Juízo de Execução.

Requer seja liminarmente *"declarada a extinção da punibilidade da agravante pelo integral cumprimento da pena privativa de liberdade com relação à qual fora beneficiada com o Livramento Condicional"* (fl. 10).

O pedido liminar foi indeferido (fls. 75-78).

O Ministério Público Federal, por meio de parecer de fls. 84-90, manifestou-se pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório.

Decido.

Busca-se neste *writ* a extinção da punibilidade do Paciente pelo integral cumprimento da pena privativa de liberdade a ele imposta. Contudo, razão não assiste a Defesa.

No caso, o Paciente descontava a pena privativa de liberdade em regime fechado, com término previsto para 25/09/2018, em virtude de condenação definitiva pelo delito de roubo majorado e, em 22/08/2016, obteve livramento condicional. Contudo, em 04/11/2016, ele praticou novo delito (tráfico de entorpecentes). Em razão disso, **o Juiz da Vara de Execuções proferiu decisão em 12/06/2017, suspendendo o livramento condicional**. Confira-se (fls. 32-33):

*"O sentenciado Rodrigo César Dias da Silva obteve o livramento condicional. No entanto, durante a vigência desse benefício cometeu, em tese, fato previsto como crime doloso.*

*A conduta adotada pelo condenado revela, em princípio, mediante cognição meramente sumária ora realizada, ausência de autodisciplina e senso de responsabilidade imprescindíveis para ingressar e, por conseguinte, permanecer no gozo da benesse que lhe fora concedida.*

*Por consequência, em proteção à sociedade ordeira e em respeito à disciplina, há de decretar-se, cautelarmente (poder geral de cautelar conferido pelo artigo 66 da Lei de Execução Penal), a*

*suspensão do curso do livramento condicional, até oitiva do sentenciado, quando se decidirá a respeito de eventual revogação do benefício (artigo 143 da Lei de Execução Penal), determinando-se, outrossim, provisoriamente, a regressão para regime mais severo, qual seja, o fechado.[...]"*

Com efeito, segundo a pacífica jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, é possível a suspensão cautelar do benefício do livramento condicional, durante o período de prova, em caso do cometimento de novo delito, sendo inexigível a condenação com trânsito em julgado, que consiste em requisito somente para a revogação do referido benefício.

Nesse sentido, cito os seguintes precedentes desta Corte:

**"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO PRÓPRIO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. PRÁTICA DE NOVO DELITO. SUSPENSÃO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PRÉVIA OITIVA DO APENADO. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRECEDENTES. WRIT NÃO CONHECIDO.**

*1. Tratando-se de habeas corpus substitutivo do recurso próprio, inviável o seu conhecimento.*

*2. A prática de novo crime, durante o curso do livramento condicional, autoriza a suspensão cautelar do benefício, consoante dispõe o artigo 145 da LEP e artigo 732 do Código de Processo Penal.*

*3. No tocante à realização de audiência de justificação para apurar a falta grave no curso do livramento condicional, a presente ação constitucional não se reveste do indispensável requisito formal, qual seja, o interesse de agir.*

*4. Writ não conhecido." (HC 357.510/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 01/08/2016; sem grifos no original.)*

**"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. SUSPENSÃO CAUTELAR DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. COMETIMENTO DE NOVO DELITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 145 DA LEP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.**

*1. A decisão agravada deve ser mantida, porquanto, nos termos da jurisprudência desta Corte, cabe ao Juízo das Execuções, quando da notícia do cometimento de novo delito no período do livramento condicional, suspender cautelarmente a benesse, durante o*

*período de prova, para, posteriormente, revogá-la, em caso de condenação com trânsito em julgado, conforme previsto no art. 145 da Lei de Execuções Penais.*

2. *Agravo regimental improvido.*" (AgRg no HC 343.409/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 23/03/2017; sem grifos no original.)

*"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. SUSPENSÃO CAUTELAR DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. COMETIMENTO DE NOVO DELITO. TRÂNSITO EM JULGADO. DESNECESSIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.*

[...]

2. *Firmou-se nesta Superior Corte de Justiça diretriz jurisprudencial no sentido de que cabe ao juízo da Vara de Execuções Penais, nos termos do art. 145 da Lei n. 7.210/1984, quando da notícia do cometimento de novo delito no período do livramento condicional, suspender cautelarmente a benesse, durante o período de prova, para, posteriormente, revogá-la, em caso de condenação com trânsito em julgado.*

3. *Inexistência de constrangimento ilegal a justificar a concessão da ordem de ofício.*

4. *Habeas corpus não conhecido.*" (HC 381.230/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 17/02/2017.)

Assim, não verifico a existência de constrangimento ilegal a justificar a concessão da ordem por esta Corte.

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora